

REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NO BRASIL SOB O PONTO DE VISTA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Daniel Serpa Ferreira

Doutorando em Planejamento e Gestão Territorial – PPGG UFRJ, membro do GRUCE - UFRJ.

<https://orcid.org/0009-0007-9002-504X>

E-mail: danielserpaf@gmail.com

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2026.V5N1>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2026.V5N1-59>

RESUMO: O presente trabalho de conclusão de curso, intitulado “Reflexões sobre o Processo de Urbanização no Brasil sob o Ponto de Vista do Desenvolvimento Sustentável”, realiza uma análise da situação do crescimento urbano nacional. O estudo tem como objetivo explorar os desafios urbanos contemporâneos, analisando caminhos possíveis para a construção de cidades mais justas, inclusivas e sustentáveis. O método empregado baseia-se em reflexões teóricas vivenciadas ao longo do Curso de Geografia do Brasil, utilizando referenciais de autores centrais no debate urbano e sustentável. Examina-se como a urbanização brasileira, acelerada pela industrialização tardia e concentradora, gerou profunda desigualdade socioespacial, manifestada na segregação, favelização, déficits de saneamento básico e degradação ambiental. O trabalho destaca que a integração do desenvolvimento sustentável, que une as dimensões social, econômica e ambiental, é crucial para superar essas contradições. Como resultados, propõe-se a adoção de políticas públicas que incluam a expansão da mobilidade sustentável, a aplicação da economia circular na gestão de resíduos e o fortalecimento da governança participativa e inclusiva. Conclui-se que o modelo de crescimento urbano historicamente adotado no Brasil atingiu o seu limite, e a sustentabilidade deve ser o eixo central do planejamento urbano para o século XXI, exigindo uma mudança estrutural para reverter a lógica fragmentada e desigual do espaço urbano.

PALAVRAS-CHAVE: Urbanização brasileira. Industrialização brasileira. Desenvolvimento Sustentável.

REFLECTIONS ON THE URBANIZATION PROCESS IN BRAZIL FROM THE PERSPECTIVE OF SUSTAINABLE DEVELOPMENT

ABSTRACT: This undergraduate thesis, titled “Reflections on the Urbanization Process in Brazil from the Perspective of Sustainable Development,” provides an analysis of the situation of national urban growth. The study aims to explore contemporary urban challenges, examining possible paths for building fairer, more inclusive, and sustainable cities. The method employed is based on theoretical reflections gained throughout the Geography Course in Brazil, using references from key authors in the urban and sustainable debate. It examines how Brazilian urbanization, accelerated by late and concentrated industrialization, has generated profound socio-spatial inequality, manifested in segregation, the proliferation of favelas, basic sanitation deficits, and environmental degradation. The work highlights that integrating sustainable development, which combines social, economic, and environmental dimensions, is crucial to overcoming these contradictions. As a result, it is proposed to adopt public

policies that include the expansion of sustainable mobility, the application of the circular economy in waste management, and the strengthening of participatory and inclusive governance. It is concluded that the model of urban growth historically adopted in Brazil has reached its limit, and sustainability must be the central axis of urban planning for the 21st century, requiring a structural change to reverse the fragmented and unequal logic of urban space.

KEYWORDS: Brazilian urbanization. Brazilian industrialization. Sustainable development.

INTRODUÇÃO

O processo de urbanização no Brasil reflete o crescimento acelerado das cidades, impulsionado, em grande parte, pela industrialização e pelas transformações econômicas e sociais ocorridas ao longo do século XX. Segundo Milton Santos¹ (1996), a urbanização brasileira está profundamente relacionada ao modelo econômico industrial, que concentrou a infraestrutura e as atividades produtivas nas cidades, criando um ambiente de desigualdades territoriais.

Nesse sentido, a relação entre urbanização e industrialização é central para compreender os desafios urbanos contemporâneos, visto que a concentração de atividades econômicas nas cidades atraiu milhões de pessoas em busca de oportunidades de trabalho e melhores condições de vida.

Esse fenômeno, no entanto, não se limitou ao Brasil. O surgimento dos grandes núcleos urbanos nos Estados Unidos e na Europa durante a Revolução Industrial, entre os séculos XVIII e XIX, marcou uma mudança radical na organização do espaço geográfico. Como apontado por Harvey (1992)², cidades como Manchester, Londres e Nova York tornaram-se epicentros de desenvolvimento industrial e inovação tecnológica, resultando em novos padrões de produção e consumo.

¹ “A Urbanização Brasileira” de Milton Santos foca na análise da urbanização do país, destacando a **transição da metropolização para a desmetropolização** (difusão concentrada do urbano para cidades médias), a substituição da dicotomia urbano-rural pela dicotomia urbano-agrícola, e a complexidade crescente do espaço geográfico moldada pelo **meio técnico-científico-informacional**. Santos enfatiza que o processo é impulsionado por forças sociais e econômicas, mas também pode ser influenciado pela vontade política, e que as cidades médias ganham importância como centros de conhecimento.

² “A Condição Pós-Moderna” de David Harvey é uma análise crítica das transformações econômicas, culturais e sociais do final do século XX, marcadas pela transição do modernismo para o pós-modernismo. Harvey foca na ideia de uma “acumulação flexível” que leva à crise do capitalismo, à desregulação e a mudanças na percepção de espaço e tempo. A obra critica o pós-modernismo por sua associação ao relativismo e à estética, argumentando que as mudanças não representam um fim do capitalismo, mas uma nova fase dele.

A concentração industrial e o desenvolvimento de infraestruturas, como ferrovias, portos e redes de energia, possibilitaram a expansão das cidades, estabelecendo o padrão urbano-industrial que seria posteriormente replicado em outras partes do mundo.

No decorrer do século XX, observou-se o espalhamento da indústria para países da América Latina, Ásia e África, aprofundando o processo de urbanização em escala global. Esse fenômeno, descrito por David Harvey como “compressão espaço-tempo”³, está associado à globalização econômica e ao avanço das redes de produção e consumo (Harvey, 1992).

No Brasil, o processo de industrialização e urbanização apresentou peculiaridades, como o crescimento rápido e desordenado das cidades. De acordo com Ermínia Maricato (2011)⁴, as cidades brasileiras cresceram sob forte desigualdade socioespacial, resultando em fenômenos como favelização e segregação urbana.

As grandes cidades oferecem facilidades e benefícios que promovem tanto o desenvolvimento pessoal quanto o coletivo. A diversidade de serviços, como acesso à educação, saúde, cultura e lazer, possibilita que os indivíduos ampliem suas oportunidades de crescimento.

Como ressalta Sennett (2018), as cidades também funcionam como polos de inovação e redes sociais dinâmicas, sendo fundamentais para a produção de conhecimento e intercâmbio cultural. Por outro lado, esses benefícios convivem com desafios socioeconômicos significativos.

Entre os principais desafios enfrentados pelos ambientes citadinos estão a desigualdade social, que se manifesta na segregação espacial e na favelização, e os problemas ambientais, como a poluição do ar e a gestão inadequada de resíduos sólidos. Segundo Jacobi (1997), a urbanização acelerada muitas vezes ocorre sem um planejamento adequado, o que resulta em um impacto negativo sobre os recursos naturais

³ A compressão do espaço-tempo de David Harvey é a ideia de que a globalização, impulsionada pelo capitalismo, acelera os fluxos de capital, informação e pessoas, fazendo com que as distâncias geográficas pareçam encurtar e o tempo pareça mais rápido. Essa percepção de um mundo “menor” ocorre devido aos avanços em tecnologias de transporte e comunicação, e tem profundas consequências sociais e econômicas, alterando a experiência da vida cotidiana e a forma como o capital se acumula.

⁴ O impasse da política urbana no Brasil é uma coleção de artigos que versa sobre a política urbana do setor habitacional no Brasil, com ênfase para os resultados recentes provenientes das lutas pela reforma urbana e seus reflexos nos movimentos sociais que deram origem aos impasses da política urbana e o futuro das cidades.

e na degradação da qualidade de vida urbana. A pressão sobre os recursos naturais, agravada pela expansão urbana desordenada, acentua as dificuldades relacionadas ao saneamento básico e à mobilidade urbana.

A precarização do trabalho e a exclusão social também são problemas recorrentes que impactam diretamente os centros urbanos. Como destaca Lefebvre (2001)⁵, o direito à cidade deve ser entendido como um direito coletivo de transformar e usufruir do espaço urbano, garantindo que as populações mais vulneráveis tenham acesso às oportunidades proporcionadas pela urbanização.

Nesse contexto, o planejamento urbano sustentável torna-se indispensável para lidar com os problemas urbanos contemporâneos. A integração do conceito de desenvolvimento sustentável surge, portanto, como uma oportunidade para propor soluções viáveis aos problemas urbanos, unindo as dimensões social, econômica e ambiental.

Sachs (2002) argumenta que o desenvolvimento sustentável deve ser inclusivo, sustentado e adaptado às condições locais, oferecendo um caminho para enfrentar as desigualdades urbanas. Este artigo busca explorar esses desafios, analisando possíveis caminhos para a construção de cidades mais justas, inclusivas e sustentáveis, com base em exemplos práticos e discussões teóricas vivenciadas ao longo do Curso de Geografia do Brasil.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: DEFINIÇÃO E IMPLICAÇÕES PARA AS CIDADES

O desenvolvimento sustentável, conforme definido no Relatório Brundtland⁶, é aquele que “atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das

⁵ O “Direito à Cidade” de Henri Lefebvre defende que os cidadãos devem participar ativamente na criação e transformação de suas cidades, que devem ser espaços de encontro, liberdade e criatividade, e não apenas centros de produção capitalista. O conceito critica a segregação espacial e a hierarquia urbana, surgindo como uma reivindicação para democratizar o acesso aos recursos e ao controle da cidade, garantindo que ela seja construída para e pelos seus habitantes, e não apenas para o lucro.

⁶ O Relatório Brundtland, de 1987, introduziu o conceito de desenvolvimento sustentável, definindo-o como “o desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades”

gerações futuras de suprirem as suas próprias necessidades” (BRUNDTLAND, 1987, p. 43).

Esse conceito integra três dimensões fundamentais: a ambiental, que assegura o uso responsável dos recursos naturais; a social, que promove a equidade e a inclusão; e a econômica, que visa ao crescimento alinhado à conservação ambiental. A aplicação desse modelo nas cidades apresenta benefícios diretos na ampliação da qualidade de vida das populações urbanas, especialmente em contextos marcados por desigualdades socioeconômicas e desafios ambientais.

Cidades que adotam princípios de sustentabilidade têm maior capacidade de promover avanços socioeconômicos. Como destaca Sachs (2002), o desenvolvimento sustentável oferece uma abordagem integrada que articula crescimento econômico, preservação ambiental e justiça social, possibilitando a superação de desigualdades e a melhoria das condições de vida.

Exemplos de práticas nesse contexto incluem a implementação de sistemas de transporte público eficiente, o incentivo ao uso de fontes renováveis de energia, a promoção de habitações sustentáveis e a gestão responsável de resíduos sólidos. Essas iniciativas não apenas reduzem os impactos ambientais, mas também criam novas oportunidades econômicas e fortalecem a coesão social nas cidades.

No Brasil, a discussão sobre desenvolvimento sustentável assume especial relevância, dada a combinação de desafios e potencialidades presentes no território nacional. Por um lado, o país enfrenta problemas estruturais relacionados à urbanização desordenada, como favelização, exclusão social e poluição ambiental.

Por outro lado, o Brasil possui um papel estratégico nos debates globais sobre sustentabilidade, considerando sua rica biodiversidade, abundância de recursos naturais e capacidade de liderar a transição para um modelo urbano mais sustentável (Maricato, 2011).

Segundo Jacobi (1997), as políticas públicas brasileiras ainda carecem de um alinhamento mais consistente com os princípios de sustentabilidade, mas experiências

locais em cidades como Rio de Janeiro⁷ e São Paulo⁸ demonstram o potencial de mudança.

A aplicação efetiva do modelo de desenvolvimento sustentável nas cidades brasileiras resultaria em transformações significativas. Em termos econômicos, estimularia a criação de empregos verdes e o fortalecimento de uma economia circular, reduzindo o desperdício de recursos.

Na esfera social, contribuiria para a redução da desigualdade e a promoção da inclusão, ao garantir acesso universal a serviços essenciais, como saneamento básico e habitação de qualidade.

No campo ambiental, resultaria na redução das emissões de gases de efeito estufa, na preservação de ecossistemas urbanos e na mitigação dos impactos das mudanças climáticas (Sachs, 2002).

De acordo com Lefebvre (2001), o planejamento urbano sustentável deve ser visto como um direito coletivo, capaz de transformar o espaço urbano em um ambiente mais equitativo e funcional. Para isso, é fundamental que as cidades incorporem práticas como a governança participativa, que fortalece o envolvimento da sociedade civil nas decisões políticas, e a educação ambiental, que promove uma conscientização coletiva sobre o uso responsável dos recursos naturais.

A implementação de um modelo sustentável nas cidades brasileiras exige, contudo, mudanças profundas no paradigma de planejamento urbano. Conforme Harvey (1992), a transição para cidades mais sustentáveis depende de um novo modelo econômico que priorize o bem-estar humano acima da acumulação de capital.

No caso brasileiro, isso implica a articulação de políticas públicas inclusivas, o fortalecimento das parcerias entre governo e setor privado e o investimento em tecnologia e inovação voltados para a sustentabilidade.

⁷ O Rio de Janeiro destaca-se pela sua Política Municipal de Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável, com metas claras de redução de emissões e projetos voltados para a conservação marinha e de encostas.

⁸ A cidade de São Paulo concentra esforços em programas de gestão urbana, resiliência e bem-estar social.

Dessa forma, a adoção do conceito de desenvolvimento sustentável nas cidades apresenta não apenas uma resposta para os desafios urbanos contemporâneos, mas também uma oportunidade de repensar o modelo de urbanização vigente.

Com a integração das dimensões ambiental, social e econômica, as cidades podem tornar-se mais resilientes, inclusivas e preparadas para enfrentar os desafios do século XXI, promovendo, assim, um futuro mais justo e equilibrado para todos. Conceito de urbanização e suas implicações no contexto brasileiro

A urbanização é definida como o processo de concentração da população em áreas urbanas, acompanhado pela expansão das cidades e pela intensificação das atividades econômicas nesses espaços (Santos, 1996). Esse fenômeno está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento da indústria, que, ao promover o crescimento das cidades como centros produtivos, moldou a organização espacial e as dinâmicas sociais e econômicas ao longo da história.

Segundo Lefebvre (2001)⁹, a urbanização não deve ser compreendida apenas como um processo demográfico, mas como uma manifestação das relações de produção que transformam o espaço geográfico em resposta às necessidades do sistema capitalista.

Historicamente, o Brasil passou por um processo de industrialização tardia, iniciado principalmente a partir da década de 1930 com a política de substituição de importações. Enquanto países da Europa e os Estados Unidos consolidaram seus processos industriais no século XIX, impulsionados pela Revolução Industrial, o Brasil permaneceu dependente de uma economia agrária e exportadora até o início do século XX (Maricato, 2011).

Essa defasagem no desenvolvimento industrial resultou em um modelo de urbanização acelerado e muitas vezes desordenado, caracterizado pela ausência de planejamento urbano adequado e pela desigualdade socioespacial. A justificativa para o termo “industrialização tardia” no Brasil encontra-se na dependência histórica de economias centrais para o fornecimento de bens industrializados e tecnologia, enquanto

⁹ Lefebvre via a urbanização sob uma perspectiva crítica, argumentando que o capitalismo, ao organizar o espaço urbano para a produção e o lucro, cria desigualdades e alienação. Em resposta, ele propôs o conceito de “direito à cidade” como um chamado à ação para que os cidadãos participem ativamente da criação de cidades mais justas, inclusivas e democráticas.

exportava commodities de baixo valor agregado, como café e açúcar (Santos; Silveira, 2001).

Esse modelo econômico contribuiu para uma urbanização concentrada em regiões específicas, especialmente no Sudeste, onde cidades como São Paulo e Rio de Janeiro se tornaram os principais polos industriais e urbanos do país. Segundo Harvey (1992), a industrialização tardia em países periféricos como o Brasil intensifica as contradições urbanas, uma vez que a rápida expansão das cidades ocorre sem as bases estruturais necessárias para atender às demandas sociais.

O papel do Brasil no comércio internacional também influenciou diretamente o processo de urbanização. Durante o século XX, o país posicionou-se como um importante fornecedor de matérias-primas para a economia global, enquanto importava produtos industrializados de alto valor. Essa relação desigual entre centro e periferia, como descrito por Santos¹⁰ e Silveira (2001), consolidou um modelo de urbanização dependente, no qual as cidades brasileiras foram moldadas para atender às demandas externas em detrimento do desenvolvimento interno sustentável.

No entanto, o Brasil tem potencial para assumir um papel mais relevante no debate sobre urbanização sustentável, especialmente no contexto contemporâneo. A aplicação de um modelo que integre o planejamento urbano com o desenvolvimento industrial sustentável poderia transformar as cidades em polos de inovação e produção econômica equilibrada.

Conforme argumenta Sachs (2002)¹¹, o alinhamento entre desenvolvimento econômico e sustentabilidade é essencial para superar os desafios impostos pelo modelo de urbanização atual, especialmente em países emergentes.

Se aplicado, esse modelo traria mudanças significativas, como a descentralização da atividade econômica, promovendo o crescimento de cidades médias e reduzindo a

¹⁰ Milton Santos via a industrialização tardia brasileira como um motor de modernização conservadora, que introduziu técnicas avançadas e permitiu o crescimento econômico, mas falhou em promover a integração social e territorial justa, aprofundando as fraturas do país.

¹¹ Ignacy Sachs aborda a urbanização sob a ótica do desenvolvimento sustentável e do ecodesenvolvimento, defendendo que as cidades devem buscar um equilíbrio entre as dimensões econômica, social, ambiental, cultural e espacial.

pressão sobre as grandes metrópoles¹². Além disso, a integração de políticas públicas sustentáveis possibilitaria a redução da desigualdade socioespacial, melhorando o acesso à moradia, transporte público e saneamento básico.

Nas palavras de Lefebvre (2001), o direito à cidade deve ser resgatado como um direito coletivo, garantindo que os benefícios da urbanização sejam distribuídos de forma equitativa entre todos os habitantes.

Dessa forma, a urbanização no Brasil, embora marcada por desafios históricos e estruturais, apresenta-se como uma oportunidade para a construção de um modelo urbano mais inclusivo e sustentável. A transição para esse modelo requer a articulação entre políticas públicas, investimentos em infraestrutura e um compromisso com a justiça social e ambiental, elementos que são fundamentais para reverter as desigualdades históricas do processo de urbanização no país.

OS PRINCIPAIS DESAFIOS URBANOS NO BRASIL E AS POSSÍVEIS ALTERNATIVAS FUTURAS

A urbanização brasileira, como já apontava Milton Santos (1993), constitui-se em um processo profundamente desigual, marcado por contradições que revelam tanto a força das dinâmicas econômicas quanto a fragilidade das instituições responsáveis pelo planejamento territorial.

Ao longo das últimas décadas, as cidades brasileiras cresceram de forma rápida e heterogênea, impulsionadas por fluxos migratórios intensos e pela industrialização concentrada. Esse movimento, embora tenha ampliado oportunidades econômicas, também produziu um cenário urbano fragmentado, no qual se sobrepõem problemas estruturais e desafios socioambientais de larga escala.

As cidades, que deveriam ser territórios de convivência, inovação e bem-estar, tornaram-se, em muitos casos, espaços de vulnerabilidade, exclusão e precarização. A ausência de saneamento básico universalizado, tema recorrente em estudos como os de

¹² Segundo dados e análises do IBGE, o processo de desmetropolização no Brasil, observado desde o final do século XX e intensificado no início do século XXI, é caracterizado pela diminuição do ritmo de crescimento das grandes metrópoles em favor das cidades médias.

Maricato (2011) e Rolnik (2015)¹³, permanece como um dos principais entraves ao desenvolvimento urbano sustentável.

Milhões de brasileiros ainda vivem sem acesso a redes adequadas de esgoto e água potável tratada, situação que compromete a saúde coletiva e reforça desigualdades territoriais históricas. Trata-se de um problema que evidencia a lógica seletiva do investimento público, frequentemente orientado pelas demandas do mercado imobiliário e não pelas necessidades sociais mais urgentes. Assim, os déficits de saneamento tornam-se marcas materiais da desigualdade urbana brasileira.

A desigualdade social, por sua vez, manifesta-se espacialmente de maneira contundente. A segregação urbana, analisada por autores como Villaça (2001), não é apenas um reflexo das desigualdades econômicas, mas um mecanismo ativo de organização do território. As populações de baixa renda são empurradas para áreas periféricas, distantes dos centros de decisão, emprego e serviços públicos de qualidade.

Favelas, loteamentos irregulares e ocupações informais tornam-se, assim, a materialização do que Harvey (2012) denomina “direito à cidade negado”, pois representam espaços onde o acesso a condições dignas de moradia e cidadania é constantemente restringido.

Outro aspecto que compõe esse quadro é a degradação ambiental, intensificada pelo modelo de urbanização pouco atento aos limites ecológicos das cidades. A poluição atmosférica, em grande parte associada ao transporte individual, e a poluição hídrica, decorrente do despejo inadequado de resíduos e esgoto, são problemas amplamente registrados por órgãos ambientais e debatidos por pesquisadores como Acselrad (1999).

Esses impactos comprometem não apenas a funcionalidade dos ecossistemas urbanos, mas também a sustentabilidade de longo prazo das cidades, colocando em risco recursos essenciais, como água e ar de qualidade. O crescimento urbano desordenado é outro elemento central nessa problemática. Como observa Lefebvre (2001), a urbanização

¹³ “A Guerra dos Lugares: a colonização da Terra e da moradia na era das finanças”, de Raquel Rolnik, descreve a transformação da habitação em um ativo financeiro global, em vez de um direito social. O livro analisa como a especulação imobiliária e a financeirização desfavorecem os mais vulneráveis, promovendo o despejo e a segregação social nas cidades através de políticas habitacionais focadas no lucro e na propriedade individual.

contemporânea tende a se expandir de modo fragmentado, ocupando áreas ambientalmente frágeis e pressionando zonas de proteção natural.

No Brasil, esse processo ocorre de forma particularmente intensa, resultado de políticas urbanas historicamente desarticuladas e da fragilidade dos mecanismos de controle territorial. Enchentes, deslizamentos, ilhas de calor e outros riscos socioambientais são agravados tanto pela ação humana quanto pelos efeitos das mudanças climáticas, intensificando vulnerabilidades em áreas já precarizadas.

Diante desse cenário, os princípios do desenvolvimento sustentável, conforme defendidos por Sachs (2009), tornam-se fundamentais para orientar novas políticas públicas capazes de integrar justiça social, eficiência econômica e conservação ambiental. A ampliação e modernização dos sistemas de transporte público, com ênfase em modais limpos e eficientes, constitui uma estratégia essencial para reduzir a dependência do automóvel particular e diminuir emissões de gases poluentes.

A integração entre metrô, corredores de ônibus elétricos e ciclovias, por exemplo, supera a lógica fragmentada da mobilidade urbana e contribui para cidades mais inclusivas e funcionais. A economia circular, conceito amplamente difundido por Ellen MacArthur Foundation (2015)¹⁴, também oferece caminhos promissores para o enfrentamento dos resíduos sólidos urbanos. Ao priorizar a redução, reutilização e reciclagem de materiais, esse modelo rompe com a lógica linear de produção e descarte, promovendo ciclos mais eficientes de uso de recursos.

Aplicada ao contexto brasileiro, essa abordagem pode não apenas reduzir a pressão sobre aterros sanitários, mas também gerar oportunidades econômicas e fortalecer cadeias produtivas locais ligadas ao reaproveitamento de materiais. O estímulo à construção de habitações sustentáveis, alinhado a práticas de bioconstrução e eficiência energética, representa outra dimensão relevante dessa agenda. Tecnologias como sistemas de captação de água da chuva, painéis solares e materiais de baixo impacto

¹⁴ A Ellen MacArthur Foundation define a economia circular como um sistema econômico que, por meio do design, elimina resíduos e poluição, faz circular produtos e materiais em seu máximo valor e regenera a natureza. Essa abordagem sistêmica se opõe ao modelo linear de extrair-produzir-descartar, buscando desassociar o crescimento econômico do consumo de recursos finitos para gerar benefícios ambientais e sociais.

ambiental já são reconhecidas mundialmente como soluções viáveis e estratégicas para cidades em transformação.

Aplicadas em larga escala, podem contribuir para reduzir custos energéticos, melhorar o conforto térmico das moradias e minimizar a vulnerabilidade socioambiental de populações de baixa renda.

Por fim, o fortalecimento da governança participativa e da inclusão social constitui peça-chave para qualquer projeto urbano comprometido com sustentabilidade. Como destaca Souza (2006), a participação cidadã qualifica as decisões, fortalece o controle social sobre o território e amplia o senso de pertencimento das populações.

Sem processos decisórios democráticos e transparentes, políticas públicas sustentáveis tornam-se inviáveis ou, muitas vezes, desconectadas das realidades locais. Assim, ao integrar planejamento participativo, justiça espacial e responsabilidade ambiental, abre-se caminho para uma urbanização mais equilibrada, inclusiva e alinhada aos desafios contemporâneos do Brasil.

CONCLUSÃO

A reflexão sobre a urbanização brasileira sob o prisma do desenvolvimento sustentável revela que o país enfrenta desafios que ultrapassam a dimensão física das cidades e se inscrevem profundamente na estrutura social, econômica e ambiental do território. A persistência de desigualdades socioespaciais, a precariedade habitacional, o déficit de infraestrutura básica e a degradação ambiental evidenciam que o modelo de crescimento urbano historicamente adotado chegou ao limite. Assim, pensar o urbano hoje implica compreender que a sustentabilidade não é um adendo às políticas urbanas, mas o eixo central para redefinir o sentido de cidade no século XXI — uma cidade capaz de promover justiça social, resiliência climática e qualidade de vida de forma integrada.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível reformular e fortalecer os instrumentos de planejamento urbano, adotando políticas que dialoguem com as transformações globais em curso, como a transição energética, a economia circular e as estratégias de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Investimentos em mobilidade sustentável, saneamento universalizado, habitação ecológica e governança

participativa devem ser compreendidos como pilares de um novo projeto urbano para o Brasil. No entanto, essas ações só produzirão efeitos duradouros se forem acompanhadas de uma mudança estrutural na forma como o Estado, o mercado e a sociedade civil se relacionam com o território — rompendo com a lógica fragmentada e desigual que historicamente caracteriza o espaço urbano brasileiro.

Por fim, este estudo aponta caminhos, mas não encerra o debate. Pelo contrário, abre um horizonte fecundo para pesquisas futuras que podem aprofundar temas como cidades inteligentes inclusivas, uso de tecnologias verdes, impactos socioespaciais das mudanças climáticas e experiências inovadoras de planejamento colaborativo. A urbanização brasileira continuará sendo um laboratório vivo de desafios e possibilidades, e compreender suas dinâmicas à luz da sustentabilidade é fundamental para construir cidades que não apenas cresçam, mas que se tornem espaços de vida digna, equidade e bem-estar coletivo.

REFERÊNCIAS

- AB'SÁBER, Aziz N. Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- ACSELRAD, Henri (Org.). Ambientalização das políticas públicas: tendências e desafios. Rio de Janeiro: IBASE, 2004.
- BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- BOFF, Leonardo. Sustentabilidade: o que é – o que não é. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BRUNDTLAND, G. H. Nosso Futuro Comum: Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Relatório de Brundtland. Oxford: Oxford University Press, 1987.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. A cidade. São Paulo: Contexto, 1994.
- CASTELLS, Manuel. A questão urbana. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- COSTA, Wanderley Messias da. Geografia política e gestão do território. São Paulo: Edusp, 1992.
- HARVEY, David. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992.
- IBGE. Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: <https://atlasbrasil.org.br>. Acesso em: 25 jan. 2025.
- JACOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. São Paulo: Annablume, 1997.

- LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.
- MARICATO, Ermínia. O impasse da política urbana no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2011.
- MILTON, Santos. A urbanização brasileira. São Paulo: Edusp, 1996.
- MILTON, Santos. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.
- MOREIRA, Ruy. O que é geografia. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- ONU-Habitat. Relatórios sobre o Estado das Cidades no Mundo. Disponível em: <https://unhabitat.org>. Acesso em: 25 jan. 2025.
- REBOUÇAS, Aldo da C. Água no Brasil: abundância, desperdício e escassez. São Paulo: Escrituras, 2002.
- SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- SACHS, Ignacy. Desenvolvimento: incluindo, sustentável e sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SENNETT, Richard. Construir e habitar: ética para uma cidade aberta. Rio de Janeiro: Record, 2018.
- SETZER, João. Governança climática em cidades: transições para a sustentabilidade. São Paulo: Annablume, 2013.
- UN-HABITAT. State of the World's Cities 2010/2011 – Bridging the Urban Divide. Londres: Earthscan, 2010.
- VASCONCELLOS, Eduardo. Mobilidade urbana sustentável. São Paulo: Annablume, 2013.

Submissão: outubro de 2025. Aceite: novembro de 2025. Publicação: fevereiro de 2026.